

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Enquanto estado-parte de vários tratados internacionais em matéria de direitos humanos, país membro da CEDEAO e da União Africana, e anfitrião da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, a Gâmbia tem obrigações claramente definidas de respeitar, proteger, promover e satisfazer os direitos humanos da sua população e de outros que habitem o seu território. As obrigações de respeitar direitos como a liberdade de expressão aplicam-se em todos os momentos, mas assumem maior relevância durante períodos eleitorais.

Foram cometidas inúmeras violações dos direitos humanos antes das últimas eleições presidenciais em 2011 e, nos cinco anos seguintes, a introdução de leis repressivas e a utilização de práticas abusivas vieram reduzir ainda mais o espaço para a liberdade de expressão. O presente relatório mostra que, na Gâmbia, qualquer forma de contestação, real ou aparente, continua a suscitar perigos graves para os jornalistas, dirigentes da oposição, defensores dos direitos humanos, activistas, organizações da sociedade civil, membros do público em geral e, até, funcionários governamentais. A detenção de dúzias de membros da oposição em Abril e Maio de 2016, e a ocorrência de pelo menos uma morte de um detido, constituem razões concretas para se temer um aumento da repressão em 2016.

São enormes as consequências desta situação para os gambianos, que se vêem confrontados com a necessidade de escolher entre manifestarem a sua opinião ou estarem em segurança. As consequências ao nível da comunidade regional e internacional são igualmente significativas. O facto de não se assegurar que a Gâmbia respeita e cumpre as suas obrigações e compromissos internacionais e regionais, nomeadamente ao abrigo do Protocolo da CEDEAO sobre Democracia e Boa Governação ou a implementação de três acórdãos pendentes por parte do Tribunal de Justiça da CEDEAO, põe em causa a autoridade e a credibilidade destas mesmas instituições. A não cooperação com a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, assim como a não implementação das resoluções e decisões deste órgão (também ele com sede em Banjul) ou dos mecanismos da ONU em matéria de direitos humanos, lançam novos sinais preocupantes aos seus parceiros no continente e à escala internacional.

A Amnistia Internacional apela ao Governo da Gâmbia para que aja com urgência no sentido de salvaguardar os direitos humanos de todos os gambianos no período que antecede as eleições de Dezembro e muito além deste período. A Amnistia Internacional apela igualmente à comunidade internacional para que tome medidas concretas de modo a garantir que a Gâmbia cumpre as suas obrigações em matéria de direitos humanos, que estão consignadas em instrumentos internacionais e regionais.

AO GOVERNO DA GÂMBIA

Liberdade de Expressão, Associação e Reunião

- Comprometer-se publicamente a respeitar, proteger e a assegurar que todos os gambianos, incluindo jornalistas, líderes da oposição, opositores reais ou aparentes do governo e defensores dos direitos humanos possam, em todos os momentos, exercer livremente o seu

direito à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica sem medo de serem presos, detidos, intimidados ou assediados, incluindo durante o período eleitoral.

- Revogar e tornar conformes às obrigações e compromissos constitucionais, internacionais e regionais em matéria de direitos humanos, quaisquer leis que restrinjam a liberdade de expressão, incluindo os crimes de sedição (secção 52), difamação (secção 178), “divulgação de informação falsa” (secções 59 e 181A) do Código Penal e a alteração da Lei sobre a Informação e as Comunicações de 2013 que inclui a censura à expressão online (secção 173A);
- Revogar e tornar conformes às obrigações e compromissos constitucionais, internacionais e regionais em matéria de direitos humanos, quaisquer leis que restrinjam a liberdade de reunião e associação, incluindo o crime de realizar uma procissão sem uma licença ao abrigo da Lei sobre a Ordem Pública (secção 5, n.º 5, alínea a) e b)) e o crime de reunião ilegal ao abrigo do Código Penal;
- Instruir publicamente a polícia para que não utilize força excessiva, incluindo gás lacrimogénico e balas de borracha, para dispersar ajuntamentos pacíficos, incluindo nos casos em que a polícia considere que os organizadores não cumpriram o requisito previsto na Lei sobre a Ordem Pública relativamente à obtenção de uma licença;
- Instruir publicamente os Serviços de Rádio e Televisão da Gâmbia no sentido de permitirem a igualdade de acesso a vozes da oposição e discordantes;
- Eliminar imediatamente quaisquer bloqueios na internet e em sites de notícias online;
- Reformar os poderes alargados concedidos aos órgãos de segurança nacionais para “monitorizar, interceptar e armazenar comunicações” ao abrigo da Lei da Informação e das Comunicações de 2009, e introduzir as salvaguardas necessárias, nomeadamente, a sujeição a fiscalização judicial e a possibilidade de contestar efectivamente a legalidade de tais medidas em tribunal; e, em termos gerais, respeitar os direitos à privacidade e à liberdade de expressão.

Prisão e Detenção Arbitrárias

- Libertar imediata e incondicionalmente todos os prisioneiros de consciência, como o **Ousainou Darboe (advogado), todos os membros do UDP, manifestantes e transeuntes detidos entre Abril e Maio de 2016, Amadou Sanneh, Alhagie Sambou Fatty, Malang Fatty, Imã Sawaneh e o Chefe Ebrima Manneh;**
- Libertar imediatamente todos os que se encontram detidos ilegalmente ou condená-los por um crime reconhecível num julgamento justo e sem recurso à pena de morte, incluindo presos políticos e vítimas de desaparecimento forçado, como **Imã Colley, Imã Gassama e o antigo Vice-Ministro da Agricultura, Ousmane Jammeh.** Conceder-lhes de imediato acesso a um advogado, às respectivas famílias e a quaisquer cuidados médicos que sejam necessários;
- Dar instruções imediata e publicamente à polícia, ao exército e ao Serviço Nacional de Informações para que cessem as detenções e prisões ilegais, as detenções em regime de incomunicabilidade e os desaparecimentos forçados e, designadamente, para que não mantenham pessoas detidas para além do período de 72 horas previsto na Constituição da Gâmbia;
- Autorizar o acesso a centros de detenção por parte de monitores dos direitos humanos de entidades nacionais e internacionais, sobretudo do CICV.

Impunidade perante Violações dos Direitos Humanos

- Dar publicamente instruções a todas as forças de segurança para que suspendam do serviço activo qualquer agente suspeito de ter participado em violações dos direitos humanos, incluindo uso da força, detenções arbitrárias e tortura, até que as alegações que impendem contra o(s) mesmo(s) tenham sido investigadas de forma independente, aprofundada, imparcial e transparente.
- Revogar a Lei da Isenção da Pena de 2001 (alterada) que colide com as obrigações da Gâmbia ao abrigo do direito internacional em matéria de direitos humanos;
- Alargar o mandato do Provedor do Cidadão de modo a incluir investigações a violações de direitos humanos, e disponibilizar recursos e capacidade suficientes para a implementação deste mandato alargado;
- Instituir medidas de salvaguarda da independência do sistema judicial em conformidade com as normas internacionais, incluindo os Princípios Básicos da ONU relativos à Independência da Magistratura;
- Agilizar a operacionalização da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e assegurar que a mesma possa continuar a funcionar de forma eficaz e independente, com recursos adequados, em conformidade com os Princípios relativos ao Estatuto das Instituições Nacionais (Princípios de Paris).

Obrigações Internacionais e Regionais em Matéria de Direitos Humanos

- Cumprir os acórdãos e ordens do Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) nos processos de **Deyda Hydara, Ebrima Manneh, e Musa Saidykhan**;
- Implementar cabal e efectivamente as recomendações de outros estados membros da ONU aquando da Revisão Periódica Universal da Gâmbia no Conselho dos Direitos Humanos da ONU e aceites pela Gâmbia em 2015;
- Implementar de forma cabal e efectiva as recomendações dos Relatores Especiais da ONU em matéria de tortura e execuções extrajudiciais;
- Ratificar os tratados pendentes em matéria de direitos humanos, incluindo a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes
- Fazer uma declaração nos termos do n.º 6 do Artigo 34.º do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre o Estabelecimento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos que permita o acesso directo dos indivíduos e das ONG ao tribunal;
- Estender um convite permanente a todos os procedimentos temáticos especiais do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas e à Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP). Em particular, convidar os Relatores Especiais da ONU e da CADHP para a liberdade de expressão e de opinião e para a situação dos defensores dos direitos humanos, bem como do Relator Especial da CADHP para as prisões e condições de detenção, a realizarem visitas sem restrições à Gâmbia.

À COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS

- Instar a Gâmbia a cumprir pronta e integralmente com a sua obrigação de estado de apresentação de relatórios conforme estabelecido no Artigo 62.º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, e no Artigo 26.º do Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África. Em particular, instar a Gâmbia a apresentar pronta e sem mais demoras os seus 11 relatórios de estado parte devidos;
- Solicitar à Gâmbia a inclusão no seu relatório de estado parte, apresentado nos termos do Artigo 62.º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Artigo 26.º do Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África, de informações específicas relativamente ao estado de implementação das resoluções 134, 145 e 299 emitidas pela CADHP em 2008, 2009 e 2015, respectivamente. No caso de a Gâmbia não cumprir este pedido num prazo razoável, referir a Gâmbia à Assembleia da União Africana por incumprimento das resoluções da CADHP.

À CEDEAO E À UNIÃO AFRICANA

- Exigir publicamente a libertação imediata e incondicional de todos os prisioneiros de consciência existentes na Gâmbia;
- Condenar publicamente as violações dos direitos humanos na Gâmbia de forma consistente, e manifestar preocupações ao nível privado junto de funcionários governamentais a todos os níveis;
- Discutir a situação dos direitos humanos na Gâmbia na próxima sessão da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO e adoptar uma resolução que ordene especificamente às autoridades gambianas a implementação integral de todas as decisões pendentes do Tribunal de Justiça da Comunidade da CEDEAO, com uma declaração clara e veemente relativamente às consequências que advirão da eventual falta de cumprimento da dita resolução;
- Assegurar que os monitores das eleições que forem destacados antes e durante as eleições de 2016 dispõem de um mandato para documentarem e reportarem quaisquer violações dos direitos humanos;
- Estabelecer uma Comissão de Inquérito Mista Independente CEDEAO-UA para as detenções, tortura e outros maus tratos a manifestantes, incluindo membros do UDP, entre Abril – Maio de 2016;
- Considerar a utilização das sanções disponíveis ao abrigo do n.º 2 do Artigo 45.º do Protocolo da CEDEAO sobre Democracia e Boa Governação, nomeadamente a suspensão da Gâmbia de todos os órgãos de decisão da CEDEAO, e da alínea (iv) do Artigo 77.º do Tratado Revisto da CEDEAO.

À COMUNIDADE INTERNACIONAL, EM PARTICULAR AOS PAÍSES MEMBROS DO CONSELHO DOS DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS, UNIÃO EUROPEIA, EUA, REINO UNIDO, PAÍSES DOADORES E OUTROS GOVERNOS ENVOLVIDOS

- Condenar consistente e publicamente as graves violações dos direitos humanos na Gâmbia, e manifestar preocupações junto dos funcionários governamentais gambianos a todos os níveis;
- Exigir a libertação imediata e incondicional de todos os prisioneiros de consciência na Gâmbia;
- Analisar a assistência internacional à Gâmbia, especificamente no que diz respeito ao sector da justiça e da segurança, de modo a assegurar que essa assistência não está a contribuir para violações dos direitos humanos;
- Instituir um Relator Especial do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas para a situação dos direitos humanos na Gâmbia, com um mandato para monitorizar a situação dos direitos humanos na Gâmbia, receber informação das partes interessadas competentes relativamente à situação dos direitos humanos no país, e apresentar um relatório anual ao Conselho dos Direitos Humanos e à Assembleia Geral;
- Pressionar o governo da Gâmbia para que cumpra integral e efectivamente as decisões do Tribunal de Justiça da Comunidade da CEDEAO nos processos de Deyda Hydara, Ebrima Manneh, e Musa Saidykhan;
- Pressionar no sentido da implementação das recomendações do Conselho dos Direitos Humanos durante a 20.ª Revisão Periódica Universal e das recomendações contidas nos relatórios de 2015 dos Relatores Especiais da ONU sobre a tortura e as execuções extrajudiciais;
- Apelar no sentido de os monitores das eleições que forem destacados antes e durante as eleições de 2016 documentarem e reportarem quaisquer violações e abusos dos direitos humanos;
- Apoiar as organizações de direitos humanos e da sociedade civil, na Gâmbia e no exílio, que estejam a trabalhar para documentar abusos dos direitos humanos, alargar a liberdade de expressão e a educação cívica, prestar apoio jurídico e monitorizar as eleições.